

Notas de leitura

SHAAD, D., ed. lit. (2007) – *La Graufesenque (Millau, Aveyron). I. Condatomagos. Une agglomération de confluent en territoire rutène. II^e s. a. C. – III^e s. p. C.* Pessac: Éditions de la Fédération Aquitania. 341p., il. (Études d'Archéologie urbaine). ISBN 978-2-910763-10-2.

GENIN, M., ed. lit. (2007) – *La Graufesenque (Millau, Aveyron). II. Sigillées et autres productions*, Pessac: Éditions de la Fédération Aquitania. 364 p.; 223 est.; 1 desd. (Études d'Archéologie urbaine). ISBN 978-2-910763-10-7.

A partir desta obra, o nosso olhar sobre La Graufesenque não poderá mais ser o mesmo, dizem-nos os conservadores F. Leyge e M. Vaginay no seu prefácio. Com efeito, ela não poderia ser mais perturbante, tantas são as “certezas” que desfaz e as interrogações que enuncia e deixa em aberto. Para começar, o centro oleiro produtor da t. s. que abasteceu todo o mundo romano, durante o séc. I d. C., não existe onde, ao longo de um século, se afirmou que existia; as ruínas encontradas são outra coisa!

Em 1934, F. Hermet, ao publicar o seu monumental estudo sobre os vasos e grafitos de La Graufesenque, identificava o lugar com Condatomago. Antes dele, também J. Déchelette se referiu (1903-04) às oficinas do Condatomagus dos rutenos, a cidade gaulesa que, já em 1819, fora objecto de estudo e, a partir de meados do séc. XX, viu renovado o interesse de arqueólogos e historiadores. Contudo, a dispersão dos resultados das investigações muito contribuiu para o conhecimento parcelar e superficial que até agora se teve deste importante sítio, mantendo-se indefinida a relação entre a parcela territorial a que corresponde o topónimo La Graufesenque e o aglomerado galo-romano em que se inscrevia. A presente obra constitui a síntese que se impunha, quer dos dados das escavações efectuadas nos últimos cinquenta anos quer das recentes interpretações a que deram lugar.

Articulado em cinco capítulos sob a coordenação de D. Shaad, o primeiro volume reúne os contributos de vinte e dois autores sobre o enquadramento natural, histórico e arqueológico do sítio; os trabalhos arqueológicos realizados desde finais do séc. XVIII à actualidade; aspectos técnicos da cozedura da t. s.; duas produções singulares do séc. I (retratos imperiais e privados de t. s.; vasos de cerâmica comum, perfurados e dotados de inscrição) muito provavelmente ligados ao culto, nos santuários locais; as moedas (703 espécimes recolhidos entre

1950 e 2003) maioritariamente romanas e cujas características e concentração levam os autores a ponderarem a hipótese deste numerário ter estado mais ligado ao culto religioso do que a operações comerciais de grande envergadura, aplicando-se o mesmo raciocínio às emissões gálicas dos sécs. II e I a. C.

Do enorme esforço de reinterpretação dos dados de arquivo e das estruturas que ainda se conservam, exumadas nas duas margens do rio Tarn, resulta que: 1 – Condatomagos (correspondente à actual cidade de Millau) era, no período La Tène final, um grande povoado na órbita dos Rutenos, com raízes na Idade do Bronze. Situado na confluência do Tarn com a Dourbie, próximo dos grandes eixos comerciais Rhône-Saône e Aude-Garonne, servido por boas comunicações terrestres, cedo se tornou um grande mercado onde se cruzavam os produtos do Mediterrâneo com a prata, o cobre e o estanho das minas rutenas ou o ouro dos rios. A esta vasta preexistência populacional vieram sobrepor-se ou justapor-se as construções romanas cuja implantação foi claramente condicionada pela organização indígena do espaço. O nome de Condatomagos (que em gaulês significa a planície ou o mercado do confluente) foi também adoptado. 2 – entre os vestígios do edificado avultam os santuários (de La Graufesenque na margem esquerda e de Rajol na margem direita), sendo possível reconhecer a progressiva adaptação dos costumes e da arquitectura indígenas ao gosto romano, bem como o significado deste complexo cultural cuja dimensão pública ultrapassa em muito aquela que L. Balsan e A. Vernhet lhe atribuíram ao interpretarem a área vedada dos *fana* como centro administrativo e religioso do lugar de produção cerâmica. 3 – os fornos descobertos na área dos santuários de La Graufesenque pertencem a olarias tardias (tal como sucede na margem direita) produzindo cerâmicas comuns de paredes finas e, possivelmente, sigillatas claras dos séc. II e III. Admite-se que os oleiros abastecedores do império, ao longo do séc. I, possam ter instalado as suas oficinas nas encostas do Larzac que respalda a planície, a oriente. Os depósitos e enchimentos cerâmicos até hoje conhecidos (desligados de contexto oficial) são interpretados, embora cautelosamente, como materiais de recuperação, utilizados em trabalhos de salubridade e construção. Mesmo o grande forno (A. Vernhet, 1981) situado na base do declive que bordeja a planície e tido, até hoje, como um forno típico para a cozedura de t. s., é reinterpretado com base numa investigação minuciosa das estruturas conservadas, identificando-se duas fases correspondentes a distintas tipologias. A mais antiga tem como *terminus post quem* 70 d. C.; à segunda, reconstituída por A. Vernhet, faltam elementos de datação. A cerâmica acumulada junto da boca do forno é julgada exógena e os argumentos são convincentes. Quanto à utilização, D. Shaad não descarta a hipótese de forno de t. s., mas prefere que se considere também a hipótese de

forno de materiais de construção.

O vol. II, da responsabilidade de M. Genin (incluindo contributos especializados de mais seis autores) tem estrutura idêntica à do vol. I. Na introdução, contrariando o desinteresse que F. Hermet expressamente votava às formas lisas (e que viria a repercutir-se em muitos trabalhos posteriores), esta especialista considera que elas “constituem o essencial do que terá sido produzido pelas oficinas de La Graufesenque desde o início da sua actividade”. Os materiais em estudo correspondem a sete conjuntos provenientes das escavações efectuadas entre 1950 e 1988 e, embora não representem contextos selados (no sentido estrito do termo) nem possam relacionar-se com uma estrutura oficinal precisa, permitem conhecer toda a produção que, de forma ininterrupta, se estendeu do reinado de Tibério aos meados do séc. II.

Previamente ao estudo morfológico e quantitativo das cerâmicas de cada conjunto (Cap. II) e das produções especiais (formas raras; t. s. marmoreada, t. s. tardia) fora de contexto (Cap. III) comentam-se no Cap. I os resultados dos estudos arqueométricos efectuados a partir de 1970 sobre a t. s. de La Graufesenque e da investigação sistemática, mais recente, dos engobes, incluindo (para comparação) produções locais precoces e t. s. itálica procedente das escavações do sítio. Confirmando, nalguns pontos, os dados divulgados por M. Picon (1996, 1997, 2002), ampliando algumas das suas investigações, Ph. Sciau e os seus colaboradores explicam com clareza as diferenças de cor, brilho e resistência mecânica dos engobes das diversas produções, incluindo a t. s. marmoreada. Novos dados sobre a origem das argilas utilizadas (diferentes das empregues no fabrico das pastas) acrescentam o interesse desta rubrica.

As produções mais antigas de La Graufesenque situam-se entre 15/10 a. C e 15/20 d. C.. São cerâmicas cinzentas ou claras destinadas aos mercados local e regional, a par de outras com engobe vermelho (modo de cozedura A) documentando estreitas relações com as oficinas itálicas e lionesas. O estudo dos sete conjuntos, mencionados *supra*, permitiu estabelecer as sucessivas etapas da produção de t. s.. (modo de cozedura C), seguindo o aparecimento, evolução (e, nalguns casos, desaparecimento) de cada forma, bem como o percurso de cada um dos 461 oleiros bem identificados nesses contextos, dados que são exaustivamente trabalhados nos Capítulos IV (marcas) e V (tipo-cronologia), suscitando, a par de numerosas certezas, muitas interrogações que só poderão encontrar resposta a partir de investigações futuras em La Graufesenque, mas também nos sítios de consumo dos seus produtos.

Entre as conclusões mais relevantes, para quem se ocupa destas produções, destacaremos que: 1 – o depósito Malaval I (ou Gallicanus) datado por A. Vernhet

em 55-60 d. C., terá ocorrido num período mais dilatado – 50-70 d. C., embora não seja possível maior precisão. 2 – o depósito Bassus com muitas formas novas, apresentando sinais de evolução “que serão largamente validadas” e uma renovação das oficinas, é datado de entre 80/90 e 100/110 ou ligeiramente mais tarde. A classificação em seis “serviços flavianos” é posta em causa, negando-se, aliás, pertinência ao conceito de “serviço” aplicado à t. s. em geral. 3 – o depósito “grand four” atribuído por A. Vernhet a 80-120, é interpretado por M. Genin como resultante de enchimentos ocorridos em pleno séc. II (140-150/170 d. C.). As cerâmicas conhecidas como “sigillatas de engobe não gresoso” não sucedem às verdadeiras sigillatas nos meados do séc. II, são produzidas em paralelo, a partir dos inícios desse século.

A tipo-cronologia dos vasos lisos, profusamente (e bem) ilustrada bem como os desenhos das “paredes finas” moldadas e das s. marmoreadas (lisas e decoradas) que são estudadas neste volume oferecem à arqueologia um novo instrumento de trabalho, absolutamente indispensável à reavaliação dos espólios provenientes dos locais onde foram utilizados – uma tarefa incontornável.

Resta desejar que esta excelente obra, cuja produção muito cuidada é de sublinhar, estimule a publicação de conjunto da t. s. decorada proveniente dos mesmos depósitos.

Adília Alarcão

Estrabón. Geografía de Iberia. Traducción de J. Gómez Espelosín, presentación, notas y comentarios de G. Cruz Andreotti, M. García Quintela y J. Gómez Espelosín. Madrid: Alianza Editorial. 2007. 560 p. ISBN 978-84-206-6172-8.

À primeira vista, uma versão em castelhano do incontornável texto de Estrabão sobre a Hispânia não parece constituir, na actual panorama, uma das carências mais sentidas pelos investigadores que se dedicam ao estudo da Antiguidade ou mesmo pelo público interessado por estes temas. Talvez por essa razão, os responsáveis por esta edição dedicam uma parte do exórdio à justificação deste trabalho, diga-se desde já, plenamente convincente. Analisado na sua globalidade, tendo em conta as componentes que inclui e a qualidade dos textos de acompanhamento e da tradução, este novo contributo editorial não deixa dúvidas sobre a sua oportunidade.

Na realidade, deparamo-nos com algo que é muito mais do que uma nova versão do celebrado texto clássico. Desde logo porque fixa um conjunto de objectivos mais ambicioso e completo, ultrapassando o modelo de edição destinada a um público devoto dos textos clássicos, que se acompanha de um conjunto mais ou menos abundante de notas explicativas e dotado de um conjunto de considerações introdutórias onde figuram obrigatoriamente alguns tópicos, como o pouco que sabe do seu autor, o período e ambiente histórico-cultural em que desenvolveu a sua actividade, a natureza da informação e as suas fontes.

É claro que também nesta publicação não poderiam faltar estas componentes, mas o que a distingue claramente – e acaba por constituir a sua mais evidente justificação – consiste, desde logo, num conjunto de contributos iniciais que superam o modelo tradicional referido. Após uma breve apresentação, abre-se com necessário capítulo referente ao autor e à sua obra, a cargo J. Gómez Espelosín, com o qual se enquadra, de forma cabal, este texto fundamental para a compreensão das realidades pré-romanas e do processo de transformação em curso até ao período augústeo.

De seguida, G. Cruz Andreotti situa a *Geografia* de Estrabão na tradição literária e científica grega, tema em que este autor tem desenvolvido importante investigação, no âmbito do qual tem organizado várias reuniões científicas e promovido a publicação das respectivas actas. Apresenta-se aqui, de forma necessariamente breve, dada a natureza da obra, uma perspectiva sobre a evolução desta vertente do saber helénico, dividida em três tópicos, correspondentes a outras tantas fases do seu processo formativo.

O desenvolvimento do fenómeno colonial grego e a necessidade de compreender o mundo em que se movimenta, em especial na perspectiva do navegante que vai abordando essencialmente as áreas costeiras, dá origem a obras de que é paradigma a *Periegesis* de Hecateu de Mileto; mas esta produção escrita é igualmente marcada por uma preocupação com as informações de natureza etnográfica e histórica, vertentes a que o contributo de Heródoto confere uma particular dimensão.

Num segundo momento sublinha-se o peso de uma cartografia de base empírica e matemática, desenvolvida a partir de Eratóstenes, num espaço cultural em que, de qualquer modo, a geografia continua a acompanhar, de forma paralela e complementar, a tradição historiográfica grega.

Por fim, salienta-se a natureza peculiar da obra estraboniana, o carácter variado da sua informação, o seu cariz enciclopédico, mais herdeiro da visão de Heródoto e Políbio, do que do filão mais estritamente cartográfico. O livro III apresenta-se, neste contexto, como uma obra que se organiza em boa parte de acordo com uma ordem periplográfica com a qual descreve de forma mais

circunstanciada o território costeiro, mas onde se sucedem incursões mais ou menos profundas pelo interior, onde pontuam os textos, os rios, as montanhas, mas sobretudo as cidades e entidades étnicas, os seus costumes e tradições. Expõe-se, desta forma, uma visão etno-histórica actualizada, que inclui a apresentação de populações muito diversificadas, mas sistematizadas em grupos culturalmente afins, das quais se proporciona um quadro em que perpassa a visão dicotómica civilização / barbárie.

O conjunto de capítulos introdutórios completa-se com dois nutridos contributos, da autoria de Marco García Quintela: um dedicado à visão etnográfica da Ibérica captada na obra estraboniana e o outro à questão céltica, com especial referência ao âmbito peninsular. O primeiro inicia-se com a glosa do tema da situação paradoxal da etnografia no âmbito cultural grego, simultaneamente considerada uma perspectiva específica nos diferentes domínios discursivos (histórico, médico, filosófico), mas que nunca chega a adquirir, em boa verdade, uma real autonomia. O autor encontra uma possível explicação para o facto na generalização, a partir de determinado momento, no contexto da historiografia grega, do modelo fornecido por Tucídides, em detrimento da tradição anterior, que remonta a Heródoto, de marca claramente etnográfica, captada posteriormente, por exemplo em Possidónio e Estrabão. Dedicada, para além disso, uma atenção especial à análise da imagem que a geografia constrói do outro, na perspectiva de uma “estética da percepção” reflectida por esta vertente da literatura, primeiro em termos gerais, mas considerando depois o caso hispânico. Neste âmbito trata de forma mais circunstanciada alguns temas concretos, especialmente nos cap. III e IV, tais como a questão do bandoleirismo, a visão dual aldeia-cidade, concluindo com uma síntese em que se põe em paralelo os principais tópicos do discurso etnográfico de Estrabão sobre lusitanos e celtiberos.

O segundo contributo procura clarificar um tema que tem suscitado com frequência entusiasmos e controvérsias, tanto entre os investigadores como entre o público em geral, mas ao mesmo tempo transmitir uma ideia da sua complexidade. Depois de um breve ponto da situação, centra-se, naturalmente, na questão da identidade céltica nas fontes clássicas, concluindo com a análise dos três âmbitos da Hispânia em que se identificariam entidades vinculadas a este mundo: o extremo Noroeste, a região do Sudoeste e a área celtibérica.

O corpo do livro, que constitui a parte subsequente, corresponde à excelente tradução de J. Gómez Espelosín do texto grego, que apresenta, como particularidade mais notória, a preocupação com alguns importantes problemas de crítica textual que este livro coloca. Sublinha-se, como aspecto digno de referência, uma postura mais cautelosa que as versões anteriores, traduzidas numa posição mais prudente

sobre algumas interpretações tradicionais mais arrojadas, para o que deve ter contribuído certamente a possibilidade de recorrer à recente edição de S. Radt. Estas questões, discutidas em muitas das notas de pé de página, colocam-se a par de um conjunto de pertinentes explicações de alguns aspectos da obra, por vezes com remissões para a pertinente bibliografia.

A respeito de uma correcção da *sonoba* dos manuscritos para *Ossonoba*, da autoria de Kramer, refere-se uma *Ossonoba* cognominada *Aestuarina* em Plínio (*Historia Natural* 3,7), tal como se verifica em outras obras. Como acontece em algumas edições mais recentes (v. g. Ranucci e Tusculum), seria preferível optar, neste passo, pela lição que apresentam alguns manuscritos, *Onubia*, na qual se poderia facilmente corrigir para *Onuba*, forma que se regista neste passo de Estrabão e em Ptolomeo, como *Onoba aestuarina* (II,4,4) Cfr. MAYER, M. (1989) - Plinio el Viejo y las ciudades de la Baetica : Aproximación a un estado actual del problema. In GONZÁLEZ, J., ed. - *Estudios sobre Urso Colonia Iulia Genetiva*. Sevilla : Alfar, p. 303-333 (p. 318).

Um extenso glossário, dedicado essencialmente aos nomes próprios, constitui ainda uma componente essencial desta publicação. Na realidade, estas entradas, por via da regra, não se limitam a uma mera síntese da investigação sobre diferentes topónimos e etnónimos, mas uma boa parte delas é bastante extensa e fornece informação rica e actualizada, a que não faltam as mais pertinentes referências bibliográficas.

Outras, no entanto, necessitariam de um maior cuidado, como a respeitante a *Olisipo*, manifestamente pouco feliz (p. 436). Desde logo, o termo, que em boa verdade ocorre apenas em algumas propostas de reconstituição do texto estraboniano, nomeadamente na proposta de Schulten, não se inclui nesta versão de J. Gómez Espelosín (p. 205). De qualquer modo, uma parte significativa do que se lhe atribuiu no referido verbete corresponde, na realidade, a um outro lugar antigo da área ribeirinha do Tejo, citado no mesmo passo, Mórón, a respeito do qual declara o próprio Estrabão: “Bruto /.../ utilizó esta ciudad como base de operaciones contra los lusitanos /.../” (3,3,1). Na reconstituição de Schulten, que a edição prefere remeter para nota por justificada precaução, o passo seguinte respeitaria já a *Olisipo*, no qual se diria que Décimo Júnio Bruto a teria fortificado “para tener libre la posibilidad de remontar el río y el aprovisionamiento” (p. 206).

Por outro lado, tendo como objectivo confirmar “que el lugar ya fue un enclave importante para navegantes fenicios y cartagineses”, pareceria adequado citar a publicação de A. M. Arruda (2002) - *Los fenicios en Portugal*. Barcelona: Universitat Autònoma, que contribui com dados abundantes arqueológicos,

inequívocos para esta questão, apresentando mais consistência que “la ingeniosa investigación de Matesanz (2002)”. Esta observação não faria tanto sentido se esta edição não apresentasse uma tão rica e bem informada bibliografia sobre os mais diversos temas. Por essa razão, torna-se mais notada esta ausência, que traduz exemplarmente a escassa difusão, no contexto hispânico, do que se vai produzindo deste lado da fronteira.

É, porém, evidente, que a grande amplitude da bibliografia que hoje se vai produzindo a respeito da Hispânia romana e pé-romana inviabiliza, em boa verdade, uma permanente actualização. Estes reparos devem entender-se como um modo de completar pontualmente o quadro bibliográfico, como dissemos bastante amplo, que esta importante publicação proporciona.

Numa análise global, esta edição do livro III de Estrabão apresenta-se como uma obra exemplar, de grande mérito e utilidade para diferentes tipos de público e constituirá certamente um modelo para a divulgação de outros textos clássicos essenciais à construção de uma perspectiva mais completa e apoiada da História Antiga Peninsular.

Amílcar Guerra